



DECRETO Nº 14.042/2025

Regulamenta a Lei nº 3.377, de 04 de março de 2016, que cria o Fundo Municipal de Proteção e Defesa Civil – FUNMPDEC do Município de Alegre/ES, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE ALEGRE, Estado do Espírito Santo, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica Municipal, e

CONSIDERANDO a Lei nº 3.377, de 04 de março de 2016, que criou o Fundo Municipal de Proteção e Defesa Civil – FUNMPDEC;

CONSIDERANDO o artigo 9º da referida Lei, que prevê a necessidade de regulamentação por Decreto;

CONSIDERANDO a Lei Complementar Estadual nº 694/2013 e a Lei Complementar Estadual nº 1.075/2024, que dispõem sobre a Política Estadual de Proteção e Defesa Civil, os repasses do Fundo Estadual – FUNPDEC/ES e a integração do Sistema Estadual de Proteção e Defesa Civil – SIEPDEC;

CONSIDERANDO a necessidade de garantir que os recursos do FUNMPDEC sejam aplicados de forma eficiente, transparente e em conformidade com as normas estaduais e federais, assegurando a plena habilitação do Município para o recebimento de repasses estaduais e federais;

CONSIDERANDO os princípios da legalidade, moralidade, publicidade, eficiência e participação social que regem a Administração Pública;

DECRETA:

CAPÍTULO I
DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 1º - Este Decreto regulamenta a Lei nº 3.377/2016, dispondo sobre o funcionamento, gestão, aplicação e controle dos recursos do Fundo Municipal de Proteção e Defesa Civil – FUNMPDEC.

Art. 2º - O FUNMPDEC possui caráter contábil e financeiro, vinculado à Secretaria Executiva de Governo, com finalidade de prover recursos para ações de prevenção, mitigação, preparação, resposta e recuperação em situações de risco ou desastre.



Art. 3º - A Coordenadoria Municipal de Proteção a Defesa Civil – COMPDEC será composta pela SUPERINTENDÊNCIA DE PROTEÇÃO E DEFESA CIVIL, DIRETORIA TÉCNICA DE PROTEÇÃO E DEFESA CIVIL E DIRETORIA DE PREVENÇÃO E RESPOSTA. (Estrutura Administrativa Lei 3.582/2020).

CAPÍTULO II DA CONTA BANCÁRIA

Art. 4º - O FUNMPDEC manterá conta corrente bancária específica junto ao Banco do Estado do Espírito Santo – BANESTES, sendo vedada sua movimentação em conta diversa.

Art. 5º - A movimentação da conta será realizada pelo ordenador de despesas designado pelo Prefeito Municipal, com acompanhamento do Conselho Gestor e da SPDC - Superintendência de Proteção e Defesa Civil.

CAPÍTULO III DO CONSELHO GESTOR

Art. 6º - O Conselho Gestor será composto por 05 (cinco) membros titulares e respectivos suplentes, na forma prevista no art. 2º da Lei nº 3.377/2016, nomeados pelo Chefe do Executivo.

§1º O mandato será de 02 (dois) anos, permitida recondução.

§2º As reuniões serão:

I – ordinárias, bimestralmente;

II – extraordinárias, quando convocadas pelo Presidente ou pela maioria simples dos membros.

§3º As decisões serão tomadas por maioria simples e registradas em atas publicadas no Portal da Transparência.

CAPÍTULO IV DAS COMPETÊNCIAS

Art. 7º - Compete ao Conselho Gestor:

I – administrar os recursos financeiros do FUNMPDEC, observando as diretrizes da COMPDEC.

II - aprovar o plano anual de aplicação de recursos;

III – deliberar sobre repasses e parcerias com entidades cadastradas;



IV – acompanhar a execução orçamentária e financeira;

V – emitir parecer sobre as contas do Fundo e encaminhá-lo a COMDEC e ao Prefeito Municipal.

Art. 8º - Compete à SPDC, além das atribuições já previstas na Lei nº 3.377/2016 e na Lei 3.582/2020:

I – definir diretrizes e prioridades técnicas;

II – propor o plano anual de aplicação de recursos;

III – analisar os relatórios de execução apresentados pelo Conselho Gestor;

IV – consolidar e enviar à CEPDEC-ES os planos de trabalho e prestações de contas, em conformidade com a legislação estadual.

CAPÍTULO V

DO CADASTRAMENTO E CHAMAMENTO PÚBLICO

Art. 9º - O apoio financeiro ou material do FUNMPDEC a entidades sem fins lucrativos dependerá de cadastramento prévio mediante Edital de Chamamento Público, em conformidade com a Lei Federal nº 13.019/2014 (MROSC).

§1º O Edital estabelecerá requisitos mínimos, incluindo:

I – regularidade fiscal e jurídica da entidade;

II – comprovação de atuação em ações compatíveis com proteção e defesa civil;

III – plano de trabalho detalhado;

IV – prazos de execução e regras de prestação de contas.

§2º Excepcionalmente, em situações de calamidade, poderão ser habilitadas entidades com menos de 2 (dois) anos de constituição, desde que comprovem capacidade técnica e sejam reconhecidas pela SPDC.

CAPÍTULO VI

DA APLICAÇÃO DOS RECURSOS

Art. 10º - Os recursos do FUNMPDEC serão aplicados, além daquelas estabelecidas na lei municipal de nº 3377/2016, prioritariamente em:

I – ações de prevenção e mitigação;

II – capacitação, estruturação e reequipamento da SPDC;



III – resposta a emergências e socorro imediato;

IV – recuperação e reconstrução pós-desastre.

Art. 11º - Os recursos oriundos de repasses estaduais ou federais observarão integralmente os critérios estabelecidos pela CEPDEC-ES, pela União e demais órgãos de controle.

CAPÍTULO VII DAS SANÇÕES

Art. 12º - O descumprimento das normas deste Decreto ou dos Editais de Chamamento sujeitará a entidade beneficiária às sanções previstas na Lei nº 13.019/2014 (MROSC), sem prejuízo da responsabilização civil e penal cabível:

I – advertência;

II – suspensão do recebimento de recursos;

III – devolução integral de valores recebidos, devidamente atualizados;

IV – exclusão do cadastro municipal de entidades habilitadas.

§1º O Município comunicará à entidades privadas ou órgão público repassador dos recursos, qualquer irregularidade constatada que comprometa a continuidade de repasses estaduais.

§2º O descumprimento de normas estaduais ou federais poderá implicar suspensão automática de novos repasses ao Município, com a responsabilização dos agentes envolvidos, caso se observe a malversação da verba pública.

CAPÍTULO VIII DA TRANSPARÊNCIA E PRESTAÇÃO DE CONTAS

Art. 13º - O Conselho Gestor deverá publicar anualmente, no Portal da Transparência, relatório de atividades, execução financeira e o balanço do FUNMPDEC.

Art. 14º - A COMPDEC consolidará as prestações de contas e as encaminhará à Câmara Municipal, ao Tribunal de Contas do Estado e à CEPDEC-ES, observando prazos legais, quando se tratarem de verba pública originárias de repasses.

CAPÍTULO IX DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 15º - O Conselho Gestor poderá editar Regimento Interno para regulamentar seu funcionamento.



Art. 16º - Os casos omissos serão resolvidos pelo Prefeito Municipal, ouvido o Conselho Gestor.

Art. 17º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Alegre – ES, 29 de agosto de 2025.

NEMROD EMERICK - NIRRÔ
Prefeito Municipal de Alegre

Documento original assinado eletronicamente, conforme MP 2200-2/2001, art. 10, § 2º, por:

NEMROD EMERICK
PREFEITO MUNICIPAL
GPREF - GAB - PMAL
assinado em 29/08/2025 10:32:35 -03:00



INFORMAÇÕES DO DOCUMENTO

Documento capturado em 29/08/2025 10:32:35 (HORÁRIO DE BRASÍLIA - UTC-3)
por RHÂNEA MANOEL RIBEIRO (DIRETOR DE SUPORTE ADMINISTRATIVO - DSAD - SEAD - PMAL)
Valor Legal: ORIGINAL | Natureza: DOCUMENTO NATO-DIGITAL

A disponibilidade do documento pode ser conferida pelo link: <https://e-docs.es.gov.br/d/2025-KMD4FW>